

RECURSO ESPECIAL Nº 1.497.823 - RS (2013/0370671-4)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
RECORRENTE : MARIA ALICE TEIXEIRA ABBOTT E OUTROS
ADVOGADOS : CÉZAR LUIZ BIZARRO MONTEIRO - RS006540
VINICIUS MARQUES VIEGAS E OUTRO(S) - RS076829
RECORRIDO : BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL
ADVOGADO : RODRIGO LLANOS DE AVILA E OUTRO(S) - RS045966

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por MARIA ALICE TEIXEIRA ABBOTT e OUTROS contra acórdão exarado pelo eg. Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul (TJ-RS).

Cuida-se, na origem, de agravo de instrumento manejado por BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL contra decisão proferida nos autos dos embargos à execução opostos por MARIA ALICE TEIXEIRA ABBOTT e OUTROS.

O il. Relator, contudo, negou provimento ao referido agravo, conforme decisão monocrática de fls. 453/457.

Assim, MARIA ALICE TEIXEIRA ABBOTT e OUTROS manejaram agravo regimental, o qual foi desprovido pelo eg. TJ-RS, nos termos do v. acórdão, assim ementado:

"AGRAVO INTERINO. EMBARGOS A EXECUÇÃO. EFEITO SUSPENSIVO. DESCABIMENTO.

Ausente relevância dos argumentos defensivos, descabida' se mostra a concessão de efeito suspensivo aos embargos. Execução proposta contra os emitentes da cédula rural hipotecária e avalista interveniente, garantida pelo próprio imóvel dado em hipoteca cedular. Inexistência de dano de difícil ou incerta reparação a justificar o efeito suspensivo.

AGRAVO DESPROVIDO." (fl. 471)

Inconformados, MARIA ALICE TEIXEIRA ABBOTT e OUTROS interpuseram o presente recurso especial, com fulcro no art. 105, inciso III, alínea "a", da CF/88, no qual alegam violação do art. 739-A, §§ 1º, 3º e 4º, do CPC/73; e do art. 60, §3º, do Decreto-Lei n.º 167/67.

Contrarrazões às fls. 495/509.

É o relatório. Decido.

No apelo nobre que pretende trânsito, sustentam os recorrentes a violação do art. 739-A, §§ 3º e 4º, do CPC/73, ao argumento de que seria cabível conceder efeito suspensivo aos embargos de execução, pois, apesar de existirem mais um executado, seria possível haver suspensão apenas em relação aos embargantes, ora recorrentes. O eg. TJ-RS, por sua vez, mediante análise soberana das provas existentes nos autos, concluiu inexistir grave dano de difícil ou incerta reparação e, assim, afastou o efeito suspensivo. À título elucidativo, colacionam-se os seguintes trechos do v. acórdão estadual (fls. 455/456):

"A regra, portanto, é que a ação executiva não seja suspensa com a interposição dos embargos, a menos que haja relevância do fundamento do pedido, pressupondo, necessariamente, o exame da verossimilhança da grete são do embargante.

Começa que a execução não foi proposta apenas contra a avalista/interveniente hipotecante, Alda Teixeira Abbott (já falecida), mas também contra os emitentes da cédula rural hipotecária, Fernando Abbott Filho, também falecido, Fernando Abbott Neto, como se vê às fls. 42/45.

Assim, podendo prosseguir em relação aos demais devedores. Incidente a regra do art. 739-A, § 3º, do CPC. Depois, a interpretação razoável do art.

60, § 32, do Decreto -Lei no. 167/67 parece ser de que a vedação prevista alcança a nota promissória ou a duplicata rural; mas não à cédula. E, mesmo se estendesse a proibição do aval às cédulas rurais emitidas por pessoas físicas, a garantia ainda assim deveria ser admitida por se tratar, no caso, de um empreendimento de exploração de atividade rural em benefício, no âmbito familiar, dos emitentes e interveniente hipotecante. O que, no mínimo, é de se presuía.

Assim, a verossimilhança, no caso, não transparece evidente.

Outrossim, não vejo evidenciado grave dano, de difícil e incerta reparação, se a execução está garantida pelo próprio imóvel dado em hipoteca cedular, matriculado sob o nº 17.828 no Registro de Imóveis de São Gabriel/RS (fls. 50, 309 e 365)."

Nesse cenário, para se alterar o entendimento ora transcrito, quanto à inexistência de requisito para conceder efeito suspensivo aos embargos à execução, seria necessária a revisão de matéria fático-probatória, o que é inadmissível em sede de recurso especial, nos termos da Súmula 7/STJ.

Além disso, melhor sorte não socorre ao recurso quanto ao art. 60, §3º, do Decreto-Lei n. 167/67 e art. 739-A, §1º, do CPC/73. Sob a referida ofensa, os recorrentes

afirmam que a vedação de garantia prevista nesse dispositivo também é aplicável à cédula de crédito-rural, motivo pelo qual seria inválido o aval prestado no mencionado título de crédito.

Com efeito, este Sodalício possui jurisprudência pacífica no sentido de que a vedação contida no art. 60, §3º, do Decreto-Lei n. 167/67 não alcança a cédula de crédito rural, sendo possível, portanto, prestar garantia nesses títulos de crédito. Corroboram essa conclusão os julgados a seguir:

"AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL - EMBARGOS À EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE CONHECEU EM PARTE E NEGOU PROVIMENTO AO APELO EXTREMO. INSURGÊNCIA DO EMBARGANTE.

(...)

2. Nos termos da jurisprudência desta Corte, admite-se o aval nas cédulas de crédito rural, pois a vedação contida no § 3º do art. 60 do Decreto-lei nº 167/67 não alcança o referido título, sendo aplicável apenas às notas promissórias e duplicatas rurais.

(...)

4. Agravo interno desprovido."

(AgInt no REsp 1351296/MG, Rel. Ministro **MARCO BUZZI**, QUARTA TURMA, julgado em 09/09/2019, DJe 12/09/2019, g.n.)

"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL E CAMBIÁRIO. DECISÃO DESTA CORTE QUE APRESENTA CONTRADIÇÃO. VIOLAÇÃO DO ART. 1.022, I, DO CPC/2015 RECONHECIDA. REFORMA QUE SE IMPÕE. CÉDULA RURAL. AVAL PRESTADO POR TERCEIRO. VALIDADE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO ACOLHIDOS, COM EFEITOS INFRINGENTES.

(...)

*2. 'É válido o aval prestado por terceiros em Cédulas de Crédito Rural, uma vez que a proibição contida no § 3º do art. 60 do Decreto-Lei n. 167/1967 não se refere ao caput (Cédulas de Crédito), mas apenas ao § 2º (Nota Promissória e Duplicata Rurais)' (REsp 1.315.702/MS, Rel. Ministro **LUIS FELIPE SALOMÃO**, QUARTA TURMA, julgado em 10/03/2015, DJe de 13/04/2015).*

3. Embargos de declaração acolhidos, com atribuição de efeitos infringentes, para sanar a contradição apontada e dar provimento ao recurso especial."

(EDcl nos EDcl no REsp 1426411/MS, Rel. Ministro **LÁZARO GUIMARÃES** (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO), QUARTA TURMA, julgado em 07/06/2018, DJe 15/06/2018, g.n.)

"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO (ART. 544 DO CPC/73) - AÇÃO DECLARATÓRIA DE NULIDADE

DE NEGÓCIO JURÍDICO - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE DEU PROVIMENTO AO RECLAMO DA PARTE ADVERSA. INSURGÊNCIA DOS AUTORES.

(...)

2. *'A interpretação sistemática do art. 60 do Decreto-lei nº 167/67 permite inferir que o significado da expressão 'também são nulas outras garantias, reais ou pessoais', disposta no seu § 3º, refere-se diretamente ao § 2º, ou seja, não se dirige às cédulas de crédito rural, mas apenas às notas e duplicatas rurais' (REsp n. 1.483.853/MS, Relator Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, DJe 18/11/2014.).*

(...)

3. *Agravo interno desprovido."*

(AgInt no AgRg no AREsp 358.513/MS, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 10/04/2018, DJe 16/04/2018)

"RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE NULIDADE DE AVAL EMITIDO POR PESSOA FÍSICA. CÉDULA DE CRÉDITO RURAL PIGNORATÍCIA. INTERPRETAÇÃO DO ART. 60, § 3º, DO DECRETO-LEI Nº 167/67 NA REDAÇÃO CONFERIDA PELA LEI Nº 6.754/79. RATIO LEGIS. FUNÇÃO SOCIAL DO CONTRATO.

1. As mudanças no Decreto-lei nº 167/67 não tiveram como alvo as cédulas de crédito rural. Por isso elas nem sequer foram mencionadas nas proposições que culminaram com a aprovação da Lei nº 6.754/79, que alterou o Decreto-lei referido.

2. A interpretação sistemática do art. 60 do Decreto-lei nº 167/67 permite inferir que o significado da expressão "também são nulas outras garantias, reais ou pessoais", disposta no seu § 3º, refere-se diretamente ao § 2º, ou seja, não se dirige às cédulas de crédito rural, mas apenas às notas e duplicatas rurais.

3. Vedar a possibilidade de oferecimento de crédito rural direto mediante a constituição de garantia de natureza pessoal (aval) significa obstruir o acesso a ele pelo pequeno produtor ou só o permitir em linhas de crédito menos vantajosas.

4. Recurso especial provido."

(REsp 1483853/MS, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 04/11/2014, DJe 18/11/2014, g.n.)

Nesse contexto, verifica-se que o v. acórdão está em consonância com a jurisprudência desta eg. Corte Superior, de modo que o recurso especial esbarra na Súmula 83/STJ.

Assim, forçoso reconhecer que o presente apelo não merece prosperar.

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, II, do RI-STJ, nego provimento ao recurso especial.

Publique-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 25 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO
Relator